

LIVRO DIDÁTICO COMO RECURSO PEDAGÓGICO: CONCEITO, FUNÇÃO, ESCOLHA E USOⁱ

EL LIBRO DE TEXTO COMO RECURSO PEDAGÓGICO:
CONCEPTO, FUNCIÓN, ELECCIÓN Y USO

TEXTBOOK AS A PEDAGOGICAL RESOURCE:
CONCEPT, FUNCTION, CHOICE AND USE

DOI: 10.22481/rbba.v12i02.13768

Ana Paula Perovano
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Id. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8892821688981110>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0893-8082>
Endereço eletrônico: apperovano@uesb.edu.br

Rúbia Barcelos Amaral
Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil
Id. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5875288343819683>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4393-6127>
Endereço eletrônico rubia.amaral@unesp.br

RESUMO

Neste ensaio teórico refletiremos sobre o material didático mais usado nas escolas: o livro didático que auxilia o professor a planejar e desenvolver as oportunidades e situações de aprendizagem de maneira a atender as singularidades de seus estudantes. Este texto orienta-se pelo objetivo de apresentar uma perspectiva sobre o que constitui um Livro Didático, as diferentes variáveis que o caracterizam e as diversas funções deste material. Partiremos de uma breve história do livro, mencionando as transformações e inovações que ocorreram ao longo do tempo. Além disso, analisaremos as diferentes características que distinguem esse material de outros tipos de livros. Entre essas características, podemos destacar: a

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY-NC-SA 4.0

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 12	Num.2	Dez/2023	p. 16-32
----------------	------------------------------------------------------------------	---------	-------	----------	----------

intencionalidade, a sequencialidade, a adequação, a presença de recursos didáticos, a regulamentação dos conteúdos e a intervenção administrativa e política do Estado. Assim, entendemos que podemos compreender o Livro Didático como um produto histórico e social, que expressa valores, ideologias e representações sociais e que dialoga com os contextos em que é produzido e utilizado.

Palavras chave: Livro Didático. Funções do livro didático. História do livro.

RESUMEN

En este ensayo teórico reflexionaremos sobre el material didáctico más utilizado en las escuelas: el libro de texto que ayuda al docente a planificar y desarrollar oportunidades y situaciones de aprendizaje con el fin de atender las singularidades de sus alumnos. Nuestro objetivo en este texto es presentar una perspectiva sobre lo que constituye un Libro de Texto, las diferentes variables que lo caracterizan y las diferentes funciones de este material. Comenzaremos con una breve historia del libro, mencionando las transformaciones e innovaciones que se han producido a lo largo del tiempo. Además, analizaremos las diferentes características que distinguen este material de otro tipo de libros. Entre estas características podemos destacar: intencionalidad, secuencialidad, adecuación, presencia de recursos didáticos, regulación de contenidos e intervención administrativa y política por parte del Estado. Así, entendemos que podemos entender el Libro de Texto como un producto histórico y social, que expresa valores, ideologías y representaciones sociales y que dialoga con los contextos en los que se produce y utiliza.

Palabras clave: Libro de texto. Funciones del libro de texto. Historia del libro.

ABSTRACT

In this theoretical essay we will reflect on the most used teaching material in schools: the textbook that helps teachers plan and develop learning opportunities and situations in order to address the uniqueness of their students. Our objective in this text is to present a perspective on what constitutes a Textbook, the different variables that characterize it and the different functions of this material. We will begin with a brief history of the book, mentioning the transformations and innovations that have occurred over time. In addition, we will analyze the different characteristics that distinguish this material from

other types of books. Among these characteristics we can highlight: intentionality, sequentiality, adequacy, presence of teaching resources, content regulation and administrative and political intervention by the State. Thus, we understand that we can understand the Textbook as a historical and social product, which expresses values, ideologies and social representations and which dialogues with the contexts in which it is produced and used.

Keywords: Textbook. Textbook functions. History of the book.

Iniciando nossa conversa

O Livro Didático é um material pedagógico que acompanha a trajetória escolar de muitos estudantes e professores. Mas o que é um Livro Didático? Qual é o seu papel na educação? Essas são algumas questões que são exploradas neste texto. Quando pensamos nesse material, logo nos vem à mente uma forma física que faz parte das nossas vivências escolares (VALVERDE, 2002). Este material possui características próprias que o diferenciam de outros objetos e que são reconhecidas pelos seus usuários e pela sociedade em geral. Ele também é um produto histórico e cultural, que se insere na história do livro e na indústria editorial (OLIVEIRA, GUIMARÃES e BOMÉNY, 1984) o que, de certa forma, reflete e interfere nas concepções e práticas pedagógicas.

No entanto, ainda é difícil dar uma resposta precisa à pergunta: o que é um Livro Didático? (BADANELLI et al., 2009). Compreende-se que esse recurso é um tipo específico de livro, que possui uma função social e educativa, e que faz parte de um processo histórico e cultural de produção e circulação de textos, ele possui características distintivas segundo as quais o difere de outros livros, ou seja, possui uma intenção comunicativa, uma estrutura textual e uma forma linguística próprias.

Ele é também um mediador entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar, entre as orientações curriculares e as propostas pedagógicas, entre os autores e os leitores, portanto iniciamos nossas discussões refletindo sobre o que é um livro.

O que é um livro?

O livro surgiu da necessidade de preservar histórias, conquistas e relatos sobre tudo o que se considera importante para o ser humano. Para isso, foram criadas formas de registro para

retratar, comunicar e expressar acontecimentos, informações e conhecimentos e transmiti-los de geração em geração. Este recurso tinha como principal função ser um arquivo de memórias, reais ou fictícias (SILVEIRA, 2001).

O livro que conhecemos hoje é resultado de um longo caminho, marcado por revoluções e inovações que mudaram os modos de leitura e de escrita. Vários foram os suportes usados para a comunicação textual escrita. No início, as histórias eram gravadas em paredes de rocha (conhecidas como arte rupestre), em tijolos de barro e em tábuas de madeira. Depois, passou-se a usar papiro, pergaminho e papel, até se chegar ao livro físico, que o leitor manuseia em suas mãos. Considerado como “a forma mais antiga de documentação; ele [o livro] registra o conhecimento, as ideias e as crenças dos povos” (HASLAM, 2010, p. 6), sendo também usado “para dar expressão literária aos valores culturais e ideológicos” (HALLEWELL, 2017, p. 31), difundindo ideias julgadas significativas.

O livro pode ser visto como “uma das tecnologiasⁱⁱ mais úteis, versáteis e duradouras da história [e] [...] pode ser um instrumento pedagógico, uma fonte de inspiração religiosa e uma obra de arte. Ele foi base de religiões e fonte de imenso poder político” (LYONS, 2011, p. 7). Cada época desenvolveu um conjunto de técnicas que revolucionaram a forma de escrita, a produção e a divulgação. Das escritas rupestres em rochas e paredes de cavernas, passando pelas tábuas de argila até chegar à atual nuvemⁱⁱⁱ, o livro passou pela introdução da prensa, pela industrialização de sua produção e pela revolução eletrônica. Com essa inovação, surgiu o códice^{iv}, momento em que a obra deixou de ser um rolo, ou *volumen*, para ser uma coleção de folhas soltas ligadas entre si. O códice era um livro que se podia folhear, em vez de um longo material que se tinha que desenrolar. Essa invenção mudou a ideia do que era um livro e nos deu uma nova forma material que durou por séculos (LYONS, 2011). A novidade foi um avanço em relação ao rolo de pergaminho e conferiu ao livro a forma material que o identificou por muito tempo. Posteriormente, o códice foi substituído pelo livro impresso.

A industrialização da produção do livro trouxe uma série de mudanças tecnológicas que revolucionaram a escrita e transformaram a impressão e a produção do papel. As ferrovias multiplicaram as oportunidades de sua distribuição e comercialização, extrapolando as fronteiras nacionais, o que reduziu o custo, tornando o livro mais popular (LYONS, 2011) e promovendo sua difusão. A maior mudança desde o códice foi a revolução eletrônica que oferece um campo ilimitado para produção e disseminação de conhecimento e informações, trazendo uma completa transformação na forma como transmitimos, consumimos e interagimos

com os textos e dispensando o material de suporte tradicional: o papel (LYONS, 2011). Essa transformação modificou não somente a forma física do livro, mas também suas possibilidades de leitura. O chamado livro digital, ou eletrônico, viabiliza recursos não alcançáveis com o livro impresso, tais como a pluralidade das formas de apresentação do texto e imagens propiciadas pelo suporte eletrônico e uma maior interatividade do usuário, que pode ajustar o tamanho da fonte para facilitar a leitura, bem como alterar a posição das páginas na tela e, a depender do texto, escolher a forma e a ordem em que irá ler, entre outras opções.

Essas mudanças nos suportes em que o texto é apresentado permitem reconsiderar a compreensão do que vem a ser um livro. Haslam (2010, p. 9) entende o livro como sendo “um suporte portátil que consiste numa série de páginas impressas e encadernadas que preserva, anuncia, expõe e transmite conhecimento ao público, ao longo do tempo e do espaço”. Observa-se que essa perspectiva não contempla a revolução nas estruturas do suporte material desse dispositivo em que as páginas impressas ganham outra materialidade: a do formato eletrônico.

E o que é um Livro Didático?

Considerado como capítulo da história do livro e da produção editorial (OLIVEIRA, GUIMARÃES e BOMÉNY, 1984), o termo Livro Didático remete à memória de uma imagem física construída nas experiências escolares de cada indivíduo (VALVERDE, 2002), em que esse objeto tem “atributos próprios, reconhecidos pelos sujeitos que o utilizam e pela sociedade em que circula como objeto” (ESCOLANO BENITO, 2012, p. 35).

Nesse contexto, um livro pode ser classificado como didático se for usado com propósitos educacionais, isto é, “em uma situação planejada para ensinar algo a alguém. Porém, isso não implica que todo livro que serve para fins educacionais seja um Livro Didático” (MOLINA, 1988, p. 17). Assim, “didático é o livro que será empregado em aulas e cursos e que, provavelmente, foi elaborado, publicado, comercializado e adquirido, tendo em vista esse uso escolar e sistemático” (LAJOLO, 1996, p. 4). Nessa mesma linha, Bittencourt (1996, p. 389) define: “o Livro Didático é toda obra produzida com a intenção de ser material escolar, ou seja, de ser utilizado em sala de aula”.

Se considerarmos que a definição de livro não é algo trivial, a definição de Livro Didático tampouco o será. Integrante da cultura escolar (MUNAKATA, 2016) e, mesmo sendo um objeto conhecido e de fácil identificação, é praticamente impossível defini-lo de forma

simplificada (BADANELLI *et al.*, 2009; CHOPPIN, 2004), devido à pluralidade de funções que pode assumir e suas múltiplas facetas.

O Livro Didático possui uma identidade própria, que se expressa no seu projeto didático, na sua linguagem, no seu suporte e nos seus conteúdos e métodos de ensino. Contudo, “não é um objeto pronto, mas uma construção intelectual: não existe, portanto, uma definição única para ele” (CHOPPIN, 2009, p. 74), pois ele abrange diversas dimensões: linguística, política, educacional, cultural e outras, que tornam mais difícil definir um termo exato que caracterize esse artefato cultural (MUNAKATA, 2016). Portanto, o Livro Didático é um conceito complexo, que não tem uma definição consensual (CELIS GARCIA, 2011).

O Livro Didático oferece uma versão pedagógica autorizada de uma área de conhecimento, seguindo as orientações dos documentos oficiais que regulam o currículo escolar (STRAY, 1994). Ele é escrito, editado, vendido e comprado tendo em vista essa utilização escolar e sistemática (LAJOLO, 1996). É também um produto cultural, que reflete e transmite os conhecimentos e os valores de uma época e de uma sociedade (MOREIRA, 2006). Ele é um depositário dos saberes escolares, que registra o que era ensinado ou que deveria ser ensinado em cada momento da história da escolarização (MUNAKATA, 2016).

É ainda um instrumento que auxilia o professor no desenvolvimento de sua tarefa docente e no alcance dos objetivos educacionais (SENA, 2016). Ele é um mediador entre o discurso dos documentos oficiais e a prática educativa, entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar, entre os autores e os leitores (ALENCAR, 2018). Ele é um elemento facilitador do ensino, um referencial de aproximação entre professores e alunos, um professor coletivo, um condutor da aula (MOREIRA, 2006).

Essas são algumas das formas de conceituar o Livro Didático, que mostram a sua complexidade e a sua diversidade. No entanto, ainda é difícil dar uma resposta completa à pergunta: o que é um Livro Didático. Atualmente não existe uma única definição que abranja todas as dimensões e as funções deste material. Dessa forma, entende-se ser preciso considerá-lo em sua singularidade e em seu contexto. Reconhecendo que ele é mais do que um objeto material ou um gênero discursivo, podemos afirmar que ele é também uma construção social e uma experiência humana, pois ele é fruto do trabalho de diversos agentes que participam de todo o seu processo, como: autores, editores, ilustradores, revisores, pesquisadores, professores e alunos.

Apesar da complexidade envolvida ao se tentar definir o Livro Didático, o que, de certa forma, pode justificar a ausência de uma definição única (CHOPPIN, 2004), há consenso entre os autores a respeito da finalidade desse recurso: ser utilizado no ensino e estudo de conteúdos escolares, refletindo a concepção pedagógica que orienta os processos de ensino e de aprendizagem. Devido à polissemia gerada pelo termo ‘Livro Didático’, convém identificar nossa compreensão do Livro Didático como

um material, impresso ou digital, concebido e editado com o objetivo de contribuir com os processos educacionais de ensino e de aprendizagem, composto por saberes de certo componente curricular ou área de conhecimento, propostos a partir das prescrições curriculares oficiais em vigência no momento de sua elaboração. Tais saberes são dispostos nos LD [livros didáticos] a partir de ideias e conceitos, bem como por meio de atividades, as quais se espera que possibilitem aos alunos aplicações dos tópicos discutidos previamente (ou não) e também envolvimento em vivências de investigações que vão além do que é proposto no material. Ainda, o LD não é produzido de forma neutra, possuindo uma ideologia que o suporta, assim como é um meio de disseminação de valores e crenças de uma determinada cultura, situado em certo período histórico (AMARAL *et al.*, 2022, p. 30).

Ainda segundo os autores, o livro didático que não se resume a um instrumento de ensino e aprendizagem de um conteúdo específico. Ele também expressa as concepções ideológicas e as visões de mundo de quem os elabora e os edita, exigindo uma análise crítica e cuidadosa. Nesse sentido, entende-se que os livros didáticos, inclusive os de Matemática, podem determinar e/ou reforçar padrões políticos, econômicos, culturais e de conhecimento de uma sociedade em uma determinada época. Portanto, esses livros não são isentos de valores.

Os livros são, ao mesmo tempo, os produtos de atividades políticas, econômicas e culturais, de conflitos e concessões. Eles são criados, planejados e escritos por pessoas reais^v. Eles são publicados dentro dos limites políticos e econômicos de mercado, recursos e poder. E o que significam os livros e seu uso envolve controvérsias em comunidades com compromissos diferentes e, também, entre professores e alunos (APPLE, 1997).

O texto não é apenas obra do autor^{vi}, mas também de editores, designers e ilustradores que o adaptam aos limites políticos e econômicos, até se transformar no Livro Didático, que, portanto, não tem um discurso único. Ele é fruto de disputas simbólicas, envolvendo o que deve ser escolhido como válido para ser ensinado. Ele expressa uma visão de mundo, de educação, de escola e de ensino de Matemática, podendo ser visto como um objeto situado historicamente.

O Livro Didático é um meio de transmitir valores ideológicos, religiosos, políticos, culturais, de gênero e de etnia (MUNAKATA, 2016) que podem estar explícitos ou implícitos, tanto no que é expresso quanto no que é omitido. Esses discursos têm, de certa forma, um poder de controle sobre a população, definindo os limites da prática docente, e assim o Livro Didático vai impondo qual é a cultura a ser ensinada (APPLE, 1992). Essa compreensão é importante, pois apesar de sua aparente simplicidade, a universalidade de seu uso não pode ser negada. Ele é pedra angular no funcionamento educacional brasileiro e possui uma multiplicidade de dimensões interligadas. Tal perspectiva faz jus ao argumento proposto por Freitag, Costa e Motta (1989, p. 141) de que o Livro Didático é “centro de uma teia, em que cada fio e nóculo nos conduz[em] a um outro aspecto mais complexo”. A questão é: para onde olhar primeiro?

Características e funções do Livro Didático

Historicamente, o professor e os estudantes alternaram-se como usuários dos livros didáticos, que “nasceram primeiro como livros para uso exclusivo pelo professor e só mais tarde passaram a ser destinados ao uso pelos alunos” (SOARES, 2013, p. 38). Esse recurso presta-se também a traduzir aos professores as prescrições curriculares, com uma certa direção e significado, as orientações administrativas em termos de tarefas práticas. Ele propõe determinada ordenação de objetivos e conteúdos e recomenda – se não forem obrigatórias – as atividades específicas a serem feitas pelos professores e pelos alunos (MARTINEZ BONAFÉ, 2002).

Por direcionar-se a dois usuários – professor e estudante^{vii} –, o Livro Didático é recurso multifacetado, formatado com identidade e características próprias que o identificam como um produto com função e destinação específica (OLIVEIRA, GUIMARÃES E BOMÉNY, 1984). Focalizar-se-á tais características e funções para melhor percepção da complexidade inerente a esse material.

O Livro Didático tem várias características, entre as quais Badanelli *et al.* (2009) destacam: intencionalidade, sistematicidade, sequencialidade, adequação, estilo textual, combinação de texto e ilustrações, presença de recursos didáticos, regulamentação dos conteúdos e intervenção administrativa e política do Estado.

A intencionalidade se refere à finalidade, seja dos autores ou editores, de produzir o livro especialmente para o uso escolar, finalidade esta evidenciada “pelo seu título, pela sua

disciplina, nível ou modalidade [de ensino], pela sua estrutura didática interna e pelo seu conteúdo que abrangeria a apresentação sequencial de uma disciplina escolar” (BADANELLI *et al.* 2009, p. 2).

A sistematicidade é o modo de apresentação dos conteúdos da disciplina, enquanto a sequencialidade é o modo de ordenação dos conteúdos: se do mais fácil ao mais difícil, em rede ou de outro jeito. A sistematicidade e a sequencialidade procuram garantir que o conteúdo seja transmitido de forma a assegurar a estrutura básica de conhecimento de uma disciplina para que possa ser aprendida pelos usuários do livro e especialmente pelo estudante, seu principal destinatário.

Como o Livro Didático tem em mente um estudante ideal, de uma certa idade e nível educacional, ele é feito para conversar com ele. A adequação é o processo de ajuste do trabalho pedagógico e do grau de complexidade dos conteúdos à idade dos estudantes, levando em conta as características do conhecimento prévio e desenvolvimento dos estudantes, cabendo ao professor adaptar às subjetividades destes ao que está sendo oferecido no livro.

O estilo textual (ou estilo literário) se refere ao uso de recursos linguísticos que privilegiam formas expositivas, declarativas e explicativas que se vão alterando para promover argumentações mais embasadas. Na variação na combinação de textos e ilustrações predominam normalmente imagens nos primeiros anos escolares, com aumento progressivo – por vezes quase total – de textos, no Ensino Médio.

Badanelli *et al.* (2009) indicam que a presença de recursos didáticos, como resumos, tabelas, leituras adicionais, indicações de sites, softwares e vídeos, aumentou nos livros didáticos nas últimas décadas. Esses recursos podem funcionar como estimuladores e enriquecedores dos processos de ensino e de aprendizagem.

A regulamentação do conteúdo, bem como a extensão e tratamento desse, consiste na adesão de um conjunto de orientações e diretrizes curriculares alinhadas aos objetivos educacionais, o qual compõe o chamado currículo prescrito^{viii}.

A intervenção administrativa e política do Estado, por sua vez, regulamenta, seleciona e hierarquiza os conhecimentos e valores a serem considerados no Livro Didático, bem como exclui os que não o devem ser. No Brasil, essa intervenção mostra-se bem explícita no PNLD, impactando as escolas públicas, instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Uma vez que o Estado atua na formatação^{ix} do Livro Didático, é possível entender que este recurso terá subjacente à sua visão de mundo e de ensino e seus valores. O Estado, desde o império, tem uma presença marcante na existência do Livro Didático no Brasil, interferindo na sua produção e edição e nos conteúdos escolares transmitidos pelas obras didáticas que são aprovadas e divulgadas nos Guias do PNLD (BITTENCOURT, 2008). Essas características permitem reconhecer o Livro Didático e diferenciá-lo de outros livros, dando-lhe uma identidade própria.

Choppin (2004), historiador e pesquisador francês criador do Emmanuelle^x, define quatro funções básicas que o Livro Didático desempenha: referencial, instrumental, ideológica e cultural, e, documental. Essas funções podem estar relacionadas, além de poderem variar de acordo com vários fatores – por exemplo, sociais, culturais, econômicos e políticos – ligados à época, à disciplina escolar e ao nível em que são usadas.

Na função referencial, o Livro Didático é considerado como um meio privilegiado de transmitir conteúdos, conhecimentos, técnicas ou um saber específico que são importantes para a difusão cultural, ou seja, é a referência do que se pretende ensinar aos estudantes. Em muitos países, esse material é regulado pelo Estado (MUNAKATA, 2012). No Brasil, esses livros são feitos seguindo as orientações curriculares oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mostrando “o conhecimento formal vigente em uma determinada época e colabora[ndo] com a implementação e o desenvolvimento do currículo definido no país” (AMARAL *et al.*, 2022, p. 33).

E, aqui, surgem algumas perguntas: O que determina o conteúdo do Livro Didático e sua forma de apresentação ao público escolar? Quem escolhe o que é relevante para ser ensinado? Quais critérios definem os conteúdos considerados relevantes? Diante dessas perguntas, diante dessas perguntas, podemos perceber que o Livro Didático não é apenas um material didático, mas também um recurso político que expressa valores, posições ideológicas, visões de ensino, de aluno e de professor. Esse material é também tradutor do currículo (BITTENCOURT, 1996) e ele “[...] nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma *tradição seletiva*, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo” (APPLE, 2002, 59, destaques do autor). Essas reflexões também levam a outra função, mais antiga: a ideológica e cultural.

Na função ideológica e cultural, segundo Choppin (2004), o Livro Didático tem um papel político, ajudando na formação de identidades, mantendo ou mudando representações e sendo um veículo essencial da língua, da cultura e dos valores que se acham importantes para serem passados às futuras gerações.

Samacá Alonso (2011) mostra que o Livro Didático funciona como um veículo pelo qual os sistemas de valores, assim como as imagens da sociedade e de grupos sociais, têm sido usados como mecanismos de socialização para as novas gerações. Nesse sentido, é possível pensar que conteúdos curriculares podem ser influenciados ideologicamente e a ideologia presente nos livros didáticos pode esconder relações históricas, silenciando-as. Lopes (2000) alerta que esses recursos são cheios de interesses e intenções que podem não ser percebidos pelos que usam o Livro Didático: o professor e o estudante.

Assim, é necessário que o professor esteja atento aos valores e às formas de ver o mundo mostrados no Livro Didático (inclusive no de Matemática), para poder intermediar os conteúdos ideológicos assim transmitidos, evitando a repetição de crenças que possam levar, por exemplo, a atitudes preconceituosas.

A função instrumental permite ver no Livro Didático a aplicação dos métodos de aprendizagem, a oferta de atividades, exercícios e tarefas que visam à fixação dos conhecimentos, no estímulo a se experimentarem diferentes estratégias de resolução e à aquisição de competências relativas às disciplinas escolares, objetivando a assimilação de saberes, de métodos de análise ou de resolução de problemas, entre outros aspectos (CHOPPIN, 2004).

A função documental permite identificar um conjunto de documentos textuais ou icônicos cuja leitura (inclusive a da imagem) pode ajudar a desenvolver a criticidade do estudante a partir de momentos de observação, reflexão e confrontação. O livro reflete também as tradições, inovações e métodos pedagógicos de determinada época.

De acordo com Choppin (2004), esta é uma função que surgiu recentemente na literatura escolar e está longe de ser universal. Guimarães (2022), por exemplo, defende que a abordagem documental do Livro Didático pode subsidiar práticas voltadas ao tratamento de características e aspectos presentes na sociedade, como ao lançar mão de exemplos que necessitam de reflexões, bem como abordar o conhecimento matemático enquanto uma vertente para discussões e críticas entre os estudantes e o professor.

Bittencourt (2001) e Samacá Alonso (2011) incluem a função mercadológica, em que o livro é também visto ou compreendido como objeto material que segue a evolução dos processos de produção, divulgação e venda. Outras variáveis são consideradas quando essa dimensão é analisada, como as condições econômicas e o avanço tecnológico disponível. Essas variáveis envolvem diferentes formas de trabalho e instituições que precisam ser levadas em conta na produção desse material.

Cassiano (2020) garante que, no mercado editorial brasileiro, o segmento do Livro Didático é o mais lucrativo, pois tem grande número de consumidores ano após ano, o que movimenta a indústria que fabrica e comercializa esse livro como mercadoria. Especialmente no Brasil, a quantidade expressiva que circula nas escolas, principalmente nas públicas, é resultado de investimentos na compra, produção e distribuição do Livro Didático, como política pública adotada pelo MEC. Tendo em vista que cada uma dessas funções pode ser tomada como objeto de pesquisa (MUNAKATA, 2012), elas não serão aqui esmiuçadas, embora não sejam excludentes entre si e o Livro Didático não desempenhe necessariamente uma função única (CHOPPIN, 2004).

Em nossa concepção, o livro didático desempenha a função de referência formativa tendo em vista que a obra que será direcionada aos professores, denominada por Manual do Professor “é aquele utilizado pelo professor, em correspondência com o Livro do Estudante, para aperfeiçoar-se, expandir seus estudos, preparar os planos de aula e de avaliação (formativa e de larga escala) e suprir as dificuldades de aprendizagem dos estudantes” (BRASIL, 2021, p. 35). Vislumbra-se que, além de oferecer orientações sobre como desenvolver as atividades propostas, há a possibilidade de aprimoramento dos conhecimentos profissionais docentes. O que demarca esse material como fonte potencial para a aprendizagem do professor (REMILLARD, 2005) e como vetor de formação continuada (SILVA JÚNIOR, 2010), em razão dos aspectos formativos a ele incorporados que expandem o conhecimento profissional docente. E aqui também há a influência do Estado na organização e na decisão do que será veiculado nesse recurso. Nesse sentido, tal como Guimarães e Perovano (2023) consideramos ser importante as discussões sobre o livro didáticos nos cursos de formação inicial docente.

Diante do aqui exposto, entendemos que podemos compreender o Livro Didático como um produto histórico e social, que expressa valores, ideologias e representações sociais e que dialoga com os contextos em que é produzido e utilizado.

Reflexões finais

Neste texto, buscamos apresentar uma perspectiva sobre o que constitui um Livro Didático, as múltiplas variáveis que o caracterizam e as diversas funções deste material. Ele é um recurso pedagógico que orienta o professor na implementação do currículo e na organização das atividades de ensino e de aprendizagem. É também um instrumento que reflete a política educacional e a interpretação da Matemática para os estudantes. No entanto, o Livro Didático não é suficiente para garantir a qualidade do ensino, pois depende de como ele é usado pelo professor, que deve levar em conta o contexto e as necessidades de seus alunos. O professor é o responsável por articular e coordenar as relações entre ensino e aprendizagem, selecionando os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação mais adequadas para cada situação.

Por isso, a escolha do Livro Didático é um ato pedagógico que requer uma análise crítica dos conteúdos, das metodologias, das abordagens e das perspectivas que o livro apresenta. Não se trata de uma escolha meramente técnica ou burocrática, mas de uma escolha que reflete os valores, as crenças e os objetivos educacionais do professor e da escola. O Livro Didático é um instrumento que pode contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos, ou para a reprodução de ideologias, preconceitos e estereótipos. Por isso, é importante que o professor tenha uma postura reflexiva e questionadora diante do Livro Didático, não aceitando passivamente o que ele propõe.

Além disso, a escolha do Livro Didático é uma responsabilidade social e política, pois envolve o uso de recursos públicos e o atendimento às demandas da sociedade. Cabe ao professor considerar os critérios de qualidade, relevância e adequação do Livro Didático, bem como as orientações curriculares e as políticas educacionais vigentes. Cabe ao professor também dialogar com os demais profissionais da escola, os pais e os alunos, buscando uma escolha democrática e participativa. O Livro Didático não é um fim em si mesmo, mas um meio para promover uma educação de qualidade para todos.

Esperamos que este texto possa contribuir para a reflexão sobre o papel do Livro Didático no ensino de Matemática e para a conscientização sobre a importância da escolha crítica do material pelo professor^{xi}. Acreditamos que essa escolha pode fazer a diferença na formação dos estudantes e na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael Whitman. The text and cultural politics. **Educational researcher**, Washington, v. 21, n. 7, p. 4-19, out. 1992.
- APPLE, Michael Whitman. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 59-91.
- ALENCAR, Alexsandro Coelho. Uma análise discursiva sobre a História da Matemática presente no livro didático de Matemática. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, Ceará, v. 5, n. 14, p. 299–310, 2018.
- AMARAL. Rúbia Barcelos, *et al.* **O livro didático de matemática: compreensões e reflexões no âmbito da Educação Matemática**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022.
- BADANELLI, Ana; MAHAMUD, Kira; MILITO, Cecilia, Ossenbach, Gabriela; Somoza, Miguel. **Studying History OnLine**. Section: School textbooks. Educational Package on Historical Research, 2009.
- BRASIL. **Decreto-Lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático, 1939.
- BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. **Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 154, n. 137, p. 7-8, 19 jul. 2017.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2021**. Brasília, DF: FNDE, 2021.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Apresentação. **Educação Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n.3, p. 471-473, dez 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O que é livro didático?. In: Seminário Nacional sobre Leitura Infante-Juvenil, Livro Didático e Participação da Comunidade na Formação de Leitores, 2., 1996, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Faculdades Teresa Martin, 1996, p. 388-390.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Mercado editorial, políticas públicas e educação no Brasil do séc. XXI. In.: Abreu-Tardelli, Lília Santos; Clecio Bunzen. **Livro Didático: dos contextos aos usos em sala de aula**. Recife, PE: Pipa Comunicação, 2020.
- CELIS GARCIA, Zaida. Los libros de texto gratuitos en México. Vigencia y perspectivas. In: XI CONGRESO NACIONAL DE INVESTIGACIÓN EDUCATIVA, 13, 2011, Coyoacán. **Anais [...]**. Coyoacán, 2011, p. 1-8.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**. [S. l.], v. 30, p. 549-566, 2004.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, 2009.

ESCOLANO BENITO, Agustín. El manual como texto. **Pro-Posições**. [S. l.], v. 23, n. 3, p. 33-50, set./dez. 2012.

FREITAG, Barbara; COSTA, Wanderlei Ferreira; MOTTA, Valéria Rodrigues. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

GUIMARÃES, Douglas Ribeiro. **Educação Matemática Crítica permeando capítulos de Geometria em livros didáticos**: entre direcionamentos, contextos e enunciados. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2022.

GUIMARÃES, Douglas Ribeiro; PEROVANO, Ana Paula. Discussões sobre livros e materiais didáticos nas Licenciaturas em Matemática das universidades estaduais paulistas: revelações de seus Projetos Pedagógicos de Curso. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1–24, 2023. DOI: 10.26843/rencima.v14n1a01.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

HASLAM, Andrew. **O livro e o designer II**: como criar e produzir livros. 2. ed. Rosari, 2010.

LYONS, Martyn. **Livro**: uma história viva. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em aberto**, v. 16, n. 69, 1996.

LOPES, Jairo de Araújo. **Livro didático de matemática**: concepção, seleção possibilidades frente a descritores de análise e tendências em educação matemática. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

MARTINEZ BONAFÉ, Jaume. **Políticas del texto escolar**. Madrid: Morata, 2002.

MARTÍNEZ BONAFÉ, Jaume. **Materiales curriculares y cambio educativo**. Siete cuestiones abiertas y una propuesta de urgencia. Universidad de Valencia, 1999.

MOLINA, Olga. **Quem engana quem**: professor x livro didático. 2. ed. Campinas – SP: Papyrus, 1988.

MOREIRA, Kênia Hilda. **Um mapeamento das pesquisas sobre o livro didático de história na região Sudeste**: 1980 a 2000. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras. UNESP-Araraquara. São Paulo, 2006.

MOREIRA, Kênia Hilda; Silva, Marilda. **Um inventário**: o Livro Didático de História em pesquisas (1980 a 2005). São Paulo: Editora: Unesp, 2011.

MOREIRA, Kênia Hilda; Munakata, Kazumi. Editorial - Livros didáticos como fonte/objeto de pesquisa para a história da educação no Brasil e na Espanha. **Educação e Fronteiras**, [S. l.], v. 7, n. 20, p. 2–5, 2017. DOI: 10.30612/eduf.v7i20.7424.

MUNAKATA, Kazumi *et al.* Livro didático e formação do professor são incompatíveis. In: **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores**. Brasília: MEC/SEF, 2002. p. 89-94.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Revista História da Educação**. [S. l.], v. 20, n. 50, p. 119-138, 2016.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A Política Do Livro Didático**. São Paulo: Summus, 1984.

OSSENBACH, Gabriela; SOMOZA, Miguel. **Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación en America Latina**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2001.

PEROVANO, Ana Paula. **Perspectivas de professores sobre a escolha do livro didático de matemática**. 2022. Tese (Doutorado em Educação Matemática), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2022.

PEROVANO, Ana Paula; AMARAL, Rúbia Barcelos; MAZZI, Lucas Carato. Weaving reflections on critical awareness and the choice of Mathematics textbook. **Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, v. 13, n. 4, p. 1-18. DOI: <https://doi.org/10.37001/ripem.v13i4.3645>.

REMILLARD, Janine T. Examining key concepts in research on teachers' use of matemáticas curricula. **Review of Educational Research**, Berkeley, v. 75, n. 2, p. 211-246, 2005.

SAMACÁ ALONSO, Gabriel David. Los manuales escolares como posibilidad investigativa para la historia de la educación: elementos para una definición. **Revista história de la educación latinoamericana**, n. 16, p. 199-224, 2011.

SOARES, Flávia dos Santos. Adoção, avaliação e circulação de livros didáticos de Matemática no século XIX. **Zetetike**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 37-58, 2013.

SENA, Odenildo. **Mazelas do Livro Didático**. Manaus: Valer, 2016.

STRAY, Chris. Paradigm regained: Towards a historical sociology of the textbook. **Journal of Curriculum Studies**, Basingstoke, v.26, n.1, p.1-29, 1994.

SILVEIRA, Paulo Antonio. **A página violada: da ternura à injúria na construção do livro de artista**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

VALVERDE, Gilbert A. *et al.* **According to the Book: using TIMSS to investigate the translation of policy into practice through the world of textbooks**. Springer, Dordrecht, 2002.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Notas

ⁱ Este texto é um recorte de uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista, escrita pela primeira autora e orientada pela segunda.

ⁱⁱ Compreendemos que Lyons (2011) percebe a tecnologia como artefato, que (re)faz-se continuamente, no qual descobertas e invenções anteriores servem como trampolim para novos avanços e descobertas.

ⁱⁱⁱ Aqui, o termo nuvem se refere ao espaço virtual que permite aos usuários guardar e acessar dados e outras informações, incluindo livros digitais, em servidores por meio da internet ou aplicativos.

^{iv} Alguns autores utilizam o termo códex, que em latim significa bloco de madeira, como exemplo Chartier (1999).

^v Neste ensaio, não estamos considerando as produções feitas pelo ChatGPT. Esse chatbot usa inteligência artificial para criar conteúdo. Ele pode produzir desde poemas, histórias, códigos, ensaios, músicas, até paródias de celebridades e muito mais. Ele também pode escrever livros de vários tipos, como ficção ou não-ficção, explorando diferentes gêneros, temas, personagens, estilos e estruturas. Nos referimos a obras didáticas presentes em salas de aulas.

^{vi} O autor reflete sobre a temática que quer apresentar e, seja escrevendo manualmente ou digitando, materializa seus pensamentos, ou seja, emprega as mãos para concretizar seus pensamentos e enviá-los a outros trabalhadores do livro.

^{vii} Atualmente, a dupla destinação do livro didático se explicita na divisão em dois tipos de publicação, comumente designados Livro do Aluno e Manual do Professor. Munakata (2002) aponta que é possível supor que os avaliadores do MEC se tornaram destinatários prioritários desde que o PNLD passou a avaliar os livros didáticos.

^{viii} Sacristán (2000) explica que o currículo prescrito envolve algum tipo de prescrição ou orientação do que precisa ser ofertado como conteúdo, especialmente para a escolaridade obrigatória. Ele serve como ponto de partida para a elaboração dos materiais curriculares e avaliativos de determinado sistema escolar.

^{ix} Aqui entendida como além dos aspectos editoriais.

^x Vinculado ao Service d'Histoire de l'Éducation do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP), Emmanuelle é um banco de dados que abriga um vasto acervo de livros didáticos franceses publicados desde 1789 até a atualidade: <http://emmanuelle.bibliotheque-diderot.fr/web/>. Acesso em: 20 set. 2022.

^{xi} Para mais informações sobre a importância de uma escolha crítica do livro didático e a reflexão que envolve esse processo, consulte Perovano (2022) e Perovano, Amaral e Mazzi (2023).